

GreenYellow Holding S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
GreenYellow Holding S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GreenYellow Holding S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da GreenYellow Holding S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (“IFRS Accounting Standards”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião com ressalvas

Gastos capitalizados no imobilizado

Durante nossos exames, verificamos que a Companhia reconheceu um total de R\$18.403 mil em seu imobilizado, referente à capitalização de gastos internos incorridos na construção de ativos imobilizados, os quais foram capitalizados em exercícios anteriores a 2025. Não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor contábil desses gastos capitalizados em razão da inexistência de documentação-suporte adequada por parte da Companhia. Devido a essa limitação no alcance de nossos procedimentos de auditoria, não foi possível determinar se seriam necessários ajustes materiais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Gastos compartilhados

Identificamos que a Companhia possui gastos reconhecidos na sua controladora GreenYellow do Brasil Energia e Serviços Ltda. (gastos com pessoal e despesas gerais e administrativas), os quais estão associados a serviços prestados a outras empresas do Grupo, incluindo à Companhia, e que não foram devidamente alocados nas respectivas entidades. Não nos foi possível obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para avaliar os montantes envolvidos em uma possível realocação, e, portanto, não nos foi possível concluir se algum ajuste material deveria ser realizado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de maio de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Adriana Dantas Ribeiro
Contadora
CRC nº 1 SP 315637/O-1

GREENYELLOW HOLDING S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.115	3.589	4.637	4.757	Fornecedores	11	65	34	3.753	3.958
Contas a receber de clientes	7	-	-	1.526	2.086	Financiamento	12	4.587	4.697	4.587	4.697
Partes relacionadas	8	-	7	-	31	Partes relacionadas	8	-	23	-	290
Créditos e adiantamentos diversos		-	291	3	314	Obrigações trabalhistas		-	-	-	170
Impostos a recuperar		21	21	144	147	Obrigações fiscais		-	2	534	331
Outros ativos circulantes		7	-	371	-	Imposto de renda e contribuição social	14	2	4	557	590
						Tributos diferidos		-	-	-	42
						Arrendamento	15	-	-	118	98
Total do ativo circulante		2.143	3.908	6.681	7.335	Outros passivos circulantes		16	-	503	-
						Total do passivo circulante		4.670	4.760	10.052	10.176
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	8	3.431	-	41	36	Financiamento	12	53.829	56.425	53.829	56.425
Depósito judicial		-	-	180	179	Arrendamento	15	-	-	12.478	11.546
Investimento	9	193.256	189.466	-	-	Partes relacionadas	8	24.637	13.901	9.753	7.863
Imobilizado	10	-	-	194.904	197.458	Outros passivos não circulantes		-	-	-	710
Total do ativo não circulante		196.687	189.466	195.125	197.673	Total do passivo não circulante		78.466	70.326	76.060	76.544
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	16	132.673	132.673	132.673	132.673
						Prejuízos acumulados		(16.979)	(14.385)	(16.979)	(14.385)
						Total do patrimônio líquido		115.694	118.288	115.694	118.288
TOTAL ATIVO		198.830	193.374	201.806	205.008	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		198.830	193.374	201.806	205.008

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	-	-	18.308	15.583
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	-	-	(10.397)	(8.776)
LUCRO BRUTO		-	-	7.911	6.807
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	18	(367)	(691)	(1.346)	(3.860)
Despesas tributárias		-	(12)	-	(20)
Equivalência patrimonial	9	3.547	703	-	-
Receitas e despesas não operacionais		-	(251)	(118)	(16)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		3.180	(251)	6.447	2.911
Despesas financeiras	19	(5.796)	(6.828)	(7.284)	(8.241)
Receitas financeiras		30	191	189	210
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(2.586)	(6.888)	(648)	(5.120)
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)		-	-	42	(29)
Imposto de renda e contribuição social (correntes)	14	(8)	(46)	(1.988)	(1.785)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(2.594)	(6.934)	(2.594)	(6.934)
PREJUÍZO POR AÇÃO (EM REAIS)		(0,02)	(0,05)	(0,02)	(0,05)
		(0,02)	(0,05)	(0,02)	(0,05)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(2.594)	(6.934)	(2.594)	(6.934)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(2.594)	(6.934)	(2.594)	(6.934)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social integralizado	Prejuízos acumulados	Total Controladora
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	148.391	(24.651)	123.740	(7.451)	116.289
Aumento de capital	-	8.933	8.933	-	8.933
Prejuízo do exercício	-	-	-	(6.934)	(6.934)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	148.391	(15.718)	132.673	(14.385)	118.288
Prejuízo do exercício	-	-	-	(2.594)	(2.594)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	148.391	(15.718)	132.673	(16.979)	115.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(2.594)	(6.934)	(2.594)	(6.934)
Juros sobre arrendamentos			-	1.215	1.157
Juros sobre financiamento	12	4.548	4.801	4.548	4.801
Apropriação dos custos de transação	12	265	105	265	105
Depreciação e amortização		-	-	6.273	5.912
Resultado Equivalência patrimonial	9	(3.547)	(703)	-	-
Baixas de arrendamento		-	-	-	175
Perdas de crédito esperadas	18	-	-	878	1.077
Resultado na baixa de imobilizado	10	-	-	714	2.402
		(1.328)	(2.731)	11.299	8.695
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	-	560	(148)
Créditos diversos e adiantamentos		291	419	311	413
Impostos a recuperar		-	(20)	31	(79)
Parte relacionada		23	-	(290)	-
Fornecedores		31	34	(205)	(645)
Tributos Diferidos		-	-	(42)	29
Obrigações trabalhistas		-	-	(170)	95
Obrigações tributárias		(2)	2	203	(21)
Imposto de renda e contribuição social		(3)	3	(33)	2.116
Outros		(248)	7	98	475
Caixa gerado nas (consumido pelas) atividades operacionais		(1.236)	(2.286)	11.762	10.930
Pagamento Imposto de renda e contribuição social		-	-	(2.021)	(1.878)
Pagamento de juros sobre arrendamento		-	-	(1.010)	(1.157)
Pagamento de Juros sobre financiamento	12	(3.105)	(4.293)	(3.105)	(4.293)
Caixa líquido gerado nas (consumido pelas) atividades operacionais		(4.341)	(6.579)	5.626	3.602
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado	10	-	-	(3.581)	(10.248)
Partes relacionadas - Ativo		-	(7)	-	(26)
AFAC e aumento de capital em controladas	9	(3.431)	(13.091)	-	-
Caixa gerado nas (consumido pelas) atividades de investimento		(3.431)	(13.098)	(3.581)	(10.274)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação, líquida dos custos de transação		-	1.987	-	1.987
Pagamento de financiamento		(4.415)	(3.218)	(4.415)	(3.218)
Pagamento de arrendamento	15	-	-	(105)	(89)
AFAC e aumento de capital	16	778	8.933	778	8.933
Partes relacionadas - Passivo		9.935	13.924	1.577	1.043
Caixa gerado nas (consumido pelas) atividades de financiamento		6.298	21.626	(2.165)	8.656
ACRÉSCIMO LÍQUIDO DE CAIXA		(1.474)	1.949	(120)	1.984
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.589	1.640	4.757	2.773
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		2.115	3.589	4.637	4.757
ACRÉSCIMO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.474)	1.949	(120)	1.984

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW HOLDING S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GreenYellow do Brasil Holding de Energia Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), constituída em 6 de abril de 2021, é uma sociedade de capital fechado, domiciliada na Alameda dos Arapanés, 1.441, 6º e 7º andar, Moema, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04524-003, inscrita no CNPJ sob o nº 41.475.390/0001-33. A Companhia tem por objeto social as atividades de Holding de instituições não-financeiras e Gestão e administração da propriedade imobiliária. A Companhia é controlada integralmente pela GreenYellow do Brasil Energia e Serviços Ltda. ("GYBR") - empresa especializada em Eficiência Energética, Energia Solar e Gestão de Energia.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e das suas controladas, apresentas a seguir:

- UFV BR III Equipamentos Ltda.
- UFV BR IV Equipamentos Ltda.
- UFV BR XI Equipamentos Ltda.
- UFV BR XVIII Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.
- UFV BR XXI Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.
- UFV BR XXVII Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.
- UFV BR XXVIII Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.
- UFV BR XXIX Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.
- UFV BR XXXI Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.
- UFV BR XXXII Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 272,4 MWp, conectados e operando através das UFVs instaladas na matriz e em suas filiais, conforme detalhado abaixo:

Empresa	Mwp	Status	Data da conexão
RT 110 EMPREENDIMENTO E PARTICIPAÇÕES	12,6	Em operação	26/11/2021
UFV BR III	7,5	Em operação	30/12/2021
UFV BR IV	14,6	Em operação	04/05/2022
UFV BR V	18,8	Em operação	14/05/2021
UFV BR XI	26	Em operação	02/11/2021
UFV BR XVIII	14	Em operação	31/12/2023
UFV BR XXI	14	Em operação	23/08/2023
UFV BR XXIX	44,6	Em operação	09/08/2022
UFV BR XXV	9,7	Em operação	26/11/2021
UFV BR XXVII	7,4	Em operação	02/12/2022
UFV BR XXVIII	23,6	Em operação	09/08/2022
UFV BR XXXI	14,1	Em operação	24/10/2023
UFV BR XXXI	14,1	Em operação	23/10/2023
UFV BR XXXII	14,7	Em operação	19/08/2022
UFV BR XXXII	14,7	Em operação	03/03/2023
UFV GYBR I	10,9	Em operação	01/10/2021
UFV PLANALTINA IV	11,1	Em operação	14/03/2022

1.1. Situação financeira

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo na controladora de R\$2.527 (negativo no montante de R\$852 em 31 de dezembro de 2024) e negativo no consolidado de R\$3.583 (negativo no montante de R\$2.841 em 31 de dezembro de 2024).

A Administração da Companhia entende que não existe risco de inadimplência, ou continuidade operacional, uma vez que parte substancial dos passivos circulantes se referem às obrigações contraídas com o BNDES para o financiamento da implantação das UFV's e contempla as parcelas vincendas nos próximos doze meses, enquanto as contas a receber refletem apenas parte da receita gerada no mês. A expectativa da Administração é de que a geração de caixa assegurada pelos contratos de venda firmados seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia e suas controladas.

A Administração da Companhia entende que as operações das UFVs serão capazes de gerar caixa suficiente para atender suas obrigações, e que conta com o suporte financeiro de suas controladoras direta e indiretas, seja por meio do aporte de recursos adicionais, seja pela renegociação dos termos e condições para o pagamento das obrigações existentes.

2. BASE DE ELABORAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais - R\$. A moeda funcional da Companhia é o real - R\$.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 27 de maio de 2026.

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis de todas as subsidiárias nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto. A determinação de quais subsidiárias são controladas pela Companhia e os procedimentos para consolidação integral seguem os conceitos e princípios estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 36 (R3)/IFRS 10.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas na mesma data de encerramento dos exercícios da Companhia, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas do Grupo, incluindo receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre as empresas do Grupo são integralmente eliminados.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais, as participações são calculadas considerando o percentual detido pela Companhia em suas subsidiárias. Nas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia consolida integralmente todas as suas controladas.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais estão descritas em cada nota explicativa correspondente, exceto as práticas contábeis abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3.1. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas subsidiárias assumem direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e/ou suas subsidiárias assumem obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Passivos financeiros são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

(i) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

Ativos financeiros mensurados a VJR - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e demais perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao VJORA - Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

(ii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa.
- A Companhia e suas subsidiárias transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Perda no valor recuperável de ativos financeiros

O pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do pronunciamento técnico CPC 38/IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, que é a principal categoria de instrumentos financeiros da Companhia.

Reconhecimento de perda de crédito esperada

A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável.

Na data do balanço deve ser mensurada a provisão para perdas de instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas, caso o risco de crédito desse instrumento financeiro tenha sofrido aumento significativo desde o reconhecimento inicial.

Os novos requisitos de redução ao valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Se, na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses.

Para as contas a receber, essa avaliação é realizada por meio de análise da saúde financeira do cliente e histórico inadimplência como base para avaliar o valor recuperável dos títulos em aberto.

Apresentação da perda por redução ao valor recuperável

Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

O valor das perdas de crédito esperadas (ou reversão) requerido para ajustar a provisão para perdas na data de balanço é reconhecido no resultado, como ganho ou perda na redução ao valor recuperável.

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um conjunto de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou conjunto de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos são incorridos somente se há evidência objetiva de “impairment” como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e caso aquele evento (ou eventos) de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e desde que tal impacto possa ser estimado de maneira confiável.

Segundo o pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9 “Instrumentos financeiros”, o modelo de “impairment” para ativos financeiros trata-se de perdas esperadas e tendo em vista a baixa inadimplência histórica, este critério não trouxe efeitos relevantes para o Grupo.

3.2. Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

A Companhia apresenta os ativos e passivos na demonstração financeira baseada na classificação de circulante e não circulante.

O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço.
- São caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no pronunciamento técnico CPC 03/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço.

- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros passivos devem ser classificados como não circulantes.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como “não circulantes”, líquidos por entidade legal, conforme prevê o pronunciamento técnico CPC 32/IAS 12.

3.3. Arrendamentos

(i) Companhia como arrendadora

Os arrendamentos nos quais a Companhia é a arrendadora são classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. Sempre que os termos do arrendamento transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário o contrato é classificado como arrendamento financeiro. Todos os outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais.

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o prazo do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

As contas a receber de arrendatários referentes a arrendamentos financeiros são reconhecidas como contas a receber no valor do investimento líquido da Companhia nos bens arrendados. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido da Companhia em aberto em relação aos arrendamentos.

(ii) Companhia como arrendatária

Os ativos mantidos em arrendamento financeiro são reconhecidos como ativos da Companhia pelo seu valor justo ou, se menor, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, determinado no início do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é incluído no balanço patrimonial como obrigação de arrendamento financeiro.

Os pagamentos de arrendamento são distribuídos entre despesas financeiras e redução da obrigação de arrendamento, a fim de atingir uma taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. As despesas financeiras são reconhecidas imediatamente no resultado, a menos que sejam diretamente atribuídas aos ativos qualificáveis, caso em que são capitalizadas de acordo com a política geral da Companhia relacionada a custos de empréstimos. Os aluguéis contingentes são reconhecidos como despesa nos períodos em que são incorridos, caso aplicável.

Os principais contratos de arrendamento financeiro onde a Companhia é arrendatária referem-se aos terrenos utilizados para a instalação dos equipamentos de geração fotovoltaica de suas controladas. Após o efetivo início de operação e/ou as devidas regularizações a Companhia firma Contrato de Cessão de Direito de Uso dos terrenos outrora locados com suas controladas.

Não foram reconhecidos ativos e passivos para contratos de baixo valor (locação de imóveis, equipamentos de informática e equipamentos operacionais em geral) e/ou vigência limitada a 12 meses. Os pagamentos associados a esses contratos foram registrados como despesa pelo método linear.

A Companhia determinou sua taxa incremental de 12,17% ao ano, aplicada sobre os passivos de arrendamento, para os contratos onde é arrendatária, a partir de taxas de juros obtidas de várias fontes externas de financiamento.

4. ADOÇÃO DE NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO IASB E CPC

4.1. Alterações e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Normas	Descrição	Vigência a partir de
Alterações no CPC 02/IAS 21	Determinar se uma moeda é conversível e como deve ser determinada uma taxa de câmbio à vista quando da falta de conversibilidade.	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão ("allowances") e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão ("allowances") e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.	01/01/2025

Não houve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia na aplicação das alterações mencionadas.

4.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não vigentes

Normas	Descrição	Vigência a partir de
Alterações ao CPC 40 (R1)/ IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9	Melhora nos critérios de reconhecimento, desreconhecimento e divulgação nos Instrumentos Financeiros.	01/01/2026
Alterações ao CPC 40 (R1)/ IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9	Contratos que referenciem a eletricidade dependente da natureza.	01/01/2026
Adoção ao IFRS 18	Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027
Adoção ao IFRS 19	Divulgação de Subsidiárias sem responsabilidade pública.	01/01/2027
Adoção ao IFRS S2	Divulgações relacionadas ao clima.	01/01/2027
Alterações ao CPC 18 (R2)/ IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture".	A data de vigência ainda não foi definida pelo IASB

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que essas alterações terão nas demonstrações financeiras.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Redução ao valor recuperável - “impairment” e vida útil de imobilizado - nota explicativa nº 10.
- Arrendamento: determinação do termo de contrato do leasing e da taxa de juros incremental - nota explicativa nº 15.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações em Compromissadas e CDBs de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados em até 1 dia a partir da data da aplicação. A taxa de rendimento associada à aplicação financeira varia entre de 92% a 95% do CDI.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	142	260	923	352
Aplicações financeiras	1.973	3.329	3.714	4.405
	<u>2.115</u>	<u>3.589</u>	<u>4.637</u>	<u>4.757</u>

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES - CONSOLIDADO

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais e corrigidos a valor presente, quando aplicáveis, deduzidos de perdas de crédito esperada (PCE).

Circulante	Consolidado	
	2025	2024
Contas a receber de cliente	3.497	2.740
Provisão para perda de recebíveis	(1.971)	(1.093)
Provisão de clientes	-	439
	<u>1.526</u>	<u>2.086</u>

Abaixo apresentamos a composição do saldo consolidado de contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	2025	2024
A vencer	803	511
Vencidas:		
30 a 90 dias	524	257
91 a 364 dias	199	1.233
Acima de 365 dias	1.971	739
	<u>3.497</u>	<u>2.740</u>

A movimentação da provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, é conforme segue.

	2025	2024
Saldo anterior	(1.093)	(16)
Reversão de provisão	-	16
Adição de provisão	(878)	-
Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(1.971)	(1.093)
	<u>(1.971)</u>	<u>(1.093)</u>

8. PARTES RELACIONADAS

Saldo de partes relacionadas em aberto em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 conforme quadro abaixo.

Controladora	Outros Ativos		Outros Passivos	
	2025 (ii)	2024	2025 (iii)	2024
Partes relacionadas:				
GreenYellow do Brasil (i)	-	-	778	-
UFV BR III EQUIPAMENTOS	-	-	882	544
UFV BR IV EQUIPAMENTOS	-	-	1.804	933
UFV BR XI EQUIPAMENTOS	-	-	2.577	1.413
UFV BR XXI SERVICOS DE ENGENHARIA	-	-	1.446	1.446
GYBR XXX	-	7	-	-
UFV BR XXVII EQUIP.	77	-	7.119	-
UFV BR XVIII EQUIP.	-	-	242	157
UFV BR XXXI EQUIP.	2.308	-	2.024	1.373
UFV BR XXXII EQUIP.	835	-	2.689	4.950
UFV BR XXIX E EQUIP.	106	-	3.209	1.981
UFV BR XXVIII EQUIP.	105	-	1.867	1.127
	<u>3.431</u>	<u>7</u>	<u>24.637</u>	<u>13.924</u>

- (i) Saldo relativo a adiantamento para futuro aumento de capital da Controladora GreenYellow do Brasil Energia com o objetivo de ser integralizado ao capital da Companhia no decorrer do ano de 2026.
- (ii) Saldo relativo a adiantamentos para futuro aumento de capital da Controladora Holding I S.A. com o objetivo de ser integralizado ao capital das investidas no decorrer do ano de 2026.
- (iii) A Companhia recebe recursos provenientes das SPEs nos termos dos respectivos contratos de cessão fiduciária. Referidos contratos estabelecem que um percentual da receita auferida dos clientes e creditada nas contas escrow das SPEs seja destinado à conta de livre movimentação, sendo 40% transferidos à Companhia e 30% ao BNDES. O montante remanescente permanece nas contas escrow e é automaticamente transferido para a conta centralizadora, de acordo com a periodicidade contratualmente definida - semestralmente para a Companhia e mensalmente para o BNDES - com a finalidade de amortização do serviço da dívida. Os valores em questão não estão sujeitos à juros.

Consolidado	Clientes		Fornecedores		Outros Passivos		Compras no período	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Partes Relacionadas:								
GYBR (i)	-	23	8.643	7.742	1.025	22	1.090	695
UFV BR II EQUIP.	31	33	-	-	-	-	-	-
UFV GY CASTELO DO PIAUÍ	5	-	-	-	-	-	-	-
UFV BR XXVIII EQUIP.	-	-	-	-	-	290	-	-
UFV VENANCIO AIRES	2	2	-	-	-	-	-	-
UFV GY BR V	3	2	-	-	-	-	-	-
UFV BR XXX EQUIPAMENTOS	-	7	-	-	85	85	-	-
UFV BR XXV	-	-	-	14	-	-	-	-
	<u>41</u>	<u>67</u>	<u>8.643</u>	<u>7.756</u>	<u>1.110</u>	<u>397</u>	<u>1.090</u>	<u>695</u>

- (i) Saldo de fornecedores relativo a vendas de equipamentos realizada pela GreenYellow do Brasil Energia e Serviços Ltda (GYBR) para as SPEs.

Não houve qualquer valor atribuído ou registrado como remuneração dos administradores na Companhia, uma vez que ele é pago pela GreenYellow do Brasil Energia e Serviços Ltda.

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

9.1. Composição dos investimentos

A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento de cada exercício:

Nome	Classificação	2025	Patrimônio Líquido	Investimento	Lucro (prejuízo) do exercício	Equivalência Patrimonial
UFV BR IV EQUIPAMENTOS LTDA.	Controle	100%	10.153	10.153	263	263
UFV BR III EQUIPAMENTOS LTDA.	Controle	100%	2.740	2.740	(544)	(544)
UFV BR XI EQUIPAMENTOS LTDA.	Controle	100%	21.995	21.995	967	967
UFV BR XVIII EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA.	Controle	100%	14.832	14.832	(332)	(332)
UFV BR XXI EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA.	Controle	100%	13.940	13.940	(86)	(86)
UFV BR XXVII EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA.	Controle	100%	42.599	42.599	2.121	2.121
UFV BR XXVIII EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA.	Controle	100%	13.568	13.568	303	303
UFV BR XXIX EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA.	Controle	100%	29.612	29.612	499	499
UFV BR XXXII EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA.	Controle	100%	21.494	21.494	75	75
UFV BR XXXI EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA.	Controle	100%	22.323	22.323	281	281
			<u>193.256</u>	<u>193.256</u>	<u>3.547</u>	<u>3.547</u>
Nome	Classificação	2024	Patrimônio Líquido	Investimento	Lucro (prejuízo) do exercício	Equivalência Patrimonial
UFV BR IV EQUIPAMENTOS LTDA.	Controle	100%	9.880	9.880	107	107
UFV BR III EQUIPAMENTOS LTDA.	Controle	100%	3.283	3.283	(250)	(250)
UFV BR XI EQUIPAMENTOS LTDA.	Controle	100%	21.027	21.027	451	451
UFV BR XVIII EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA.	Controle	100%	15.132	15.132	(359)	(359)
UFV BR XXI EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA.	Controle	100%	14.034	14.034	(122)	(122)
UFV BR XXVII EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA.	Controle	100%	40.279	40.279	1.715	1.715
UFV BR XXVIII EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA.	Controle	100%	13.265	13.265	592	592
UFV BR XXIX EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA.	Controle	100%	29.114	29.114	(35)	(35)
UFV BR XXXII EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA.	Controle	100%	21.420	21.420	150	150
UFV BR XXXI EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA.	Controle	100%	22.032	22.032	(1.546)	(1.546)
			<u>189.466</u>	<u>189.466</u>	<u>703</u>	<u>703</u>

9.2. Movimentação de Investimento

	UFV BR IV(EL)*	UFV BR III (EL)*	UFV BR XI (EL)*	UFV BR XVIII (CGIF)**	UFV BR XXI (CGIF)**	UFV BR XXVII (CGIF)**	UFV BR XXVIII (CGIF)**	UFV BR XXIX (CGIF)**	UFV BR XXXI (CGIF)**	UFV BR XXXII (ESEL)***	Total
Saldos finais 31 de dezembro de 2024	9.880	3.283	21.027	15.132	14.034	40.279	13.265	29.114	22.032	21.420	189.466
Outros	10			32	(7)	198			10		243
Equivalência patrimonial	263	(544)	967	(332)	(86)	2.121	303	499	281	75	3.547
Saldos finais 31 de dezembro de 2025	10.153	2.739	21.994	14.832	13.940	42.599	13.568	29.613	22.323	21.495	193.256
	UFV BR IV(EL)*	UFV BR III (EL)*	UFV BR XI (EL)*	UFV BR XVIII (CGIF)**	UFV BR XXI (CGIF)**	UFV BR XXVII (CGIF)**	UFV BR XXVIII (CGIF)**	UFV BR XXIX (CGIF)**	UFV BR XXXI (CGIF)**	UFV BR XXXII (ESEL)***	Total
Saldos finais 31 de dezembro de 2023	9.577	3.045	19.890	13.331	12.041	37.420	12.687	28.922	18.275	20.484	175.672
Aumento de Capital (i)	196	488	686	2.160	2.115	1.144	187	227	5.303	786	13.292
Distribuição dividendos	-	-	-	-	-	-	(201)	-	-	-	(201)
Equivalência patrimonial	107	(250)	451	(359)	(122)	1.715	592	(35)	(1.546)	150	703
Saldos finais 31 de dezembro de 2024	9.880	3.283	21.027	15.132	14.034	40.279	13.265	29.114	22.032	21.420	189.466

* Equipamentos Ltda.

** Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica

*** Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda.

(i) Em 2024, houve aumento e de capital em controladas realizados em espécie.

10. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição e reposição dos equipamentos. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

<u>Categoria dos ativos</u>	<u>Vida útil (em anos)</u>
Unidade Fotovoltaica	30
Direito de Uso	30

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2025 e concluiu que não há alterações a realizar neste exercício.

Movimentação do imobilizado:

<u>Descrição</u>	<u>Taxa anual média de depreciação %</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transfêrências</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Remensuração</u>	<u>31.12.2025</u>
Unidade fotovoltaica	3,3%	173.528	3.157	(713)	14.022	(5.851)	-	184.143
Imobilizado em andamento - fotovoltaico	-	13.599	424	(1)	(14.022)	-	-	-
Direito de uso	3,33% a 10%	10.331				(422)	852	10.761
		<u>197.458</u>	<u>3.581</u>	<u>(714)</u>	<u>-</u>	<u>(6.273)</u>	<u>852</u>	<u>194.904</u>

<u>Descrição</u>	<u>Taxa anual média de depreciação %</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transfêrências</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Remensuração</u>	<u>31.12.2024</u>
Unidade fotovoltaica	3,3%	141.789	8.291	(1.737)	30.607	(5.422)	-	173.528
Imobilizado em andamento - fotovoltaico	-	42.219	2.652	(665)	(30.607)	-	-	13.599
Direito de uso	3,33% a 10%	11.177	-	-	-	(490)	(356)	10.331
		<u>195.185</u>	<u>10.943</u>	<u>(2.402)</u>	<u>-</u>	<u>(5.912)</u>	<u>(356)</u>	<u>197.458</u>

10.1. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação ("impairment test") tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. A realização pode ser de forma direta ou indireta, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia e suas subsidiárias.

Anualmente a Companhia e suas subsidiárias efetuam o teste de recuperação de seus ativos tangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o seu valor justo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa - UGC, exceto se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

O cálculo do valor em uso é realizado por meio da análise das projeções dos fluxos de caixa futuros gerados pelas operações da UGC, descontados a uma taxa de 12,17%. A avaliação do valor em uso envolve um cuidadoso exame de diversas premissas e estimativas, que estão alinhadas com as informações disponíveis na data da avaliação. Essas premissas incluem projeções de receitas, custos operacionais, taxas de desconto e fatores macroeconômicos relevantes. As projeções financeiras são baseadas em planos de negócios detalhados, levando em consideração tanto as tendências históricas quanto as expectativas de desenvolvimento do mercado fotovoltaico. A determinação da taxa de desconto apropriada para trazer a valor presente os fluxos de caixa futuros exige o exercício de julgamento por parte da Companhia. Neste caso, a taxa de desconto selecionada é de 12,17%, refletindo os riscos específicos associados à UGC.

Quando evidências de perda de valor são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas estão classificadas como outras despesas operacionais.

No atual exercício, após análises detalhadas e considerando a evolução das condições econômicas e de mercado, a Companhia não identificou perda de recuperabilidade.

11. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores nacionais	65	25	3.753	3.698
Fornecedores exterior	-	9	-	260
	<u>65</u>	<u>34</u>	<u>3.753</u>	<u>3.958</u>

As contas de fornecedores são compostas pelos valores em aberto de aquisições relacionadas aos custos dos projetos fotovoltaicos e despesas relacionadas a operação das usinas.

12. FINANCIAMENTOS

12.1. Composição

A Companhia contratou, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, na qualidade de Agente Financeiro do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), empréstimo dividido em 2 (dois) subcréditos, denominados Subcrédito "A" e Subcrédito "B", conforme a seguir:

- (i) Destinado à implantação de 3 (três) UFVs pelas SPEs UFV BR XXVII (Ouro verde - SP), UFV BR XXVIII (Barra do Jacaré - PR) e UFV BR XXIX (Macaíba - RN), na modalidade geração distribuída.
- (ii) Destinado à implantação de 8 (oito) UFVs pelas SPEs UFV BR III (Planaltina - DF), UFV BR IV (Riolândia - SP), UFV BR XI (Cedro - CE), UFV BR XVIII (Sentinela do Sul - RS), UFV BR XXI (Sentinela do Sul - RS), UFV BR XXXI (Itaperuna - RJ) e UFV BR XXXII (responsável pela implantação de 2 (duas) UFVs: Barretos - SP e José Bonifácio - SP), na modalidade geração distribuída.

	Modalidade	Instituição	Taxa de juros	Garantias	Vencimento	Controladora e Consolidado	
						2025	2024
			Variação acumulada do IPCA + 5,23% a.a. + 2% de "Spread"	Máquinas e equipamentos, cessão fiduciária e cotas			
Subcrédito "A" (i)	Financiamento	BNDES	BNDES" a.a.			31.484	32.259
Subcrédito "B" (ii)	Financiamento	BNDES	3,02% a.a.		15/01/39	26.931	28.863
						<u>58.416</u>	<u>61.122</u>

12.2. Movimentação

	Controladora e Consolidado
Saldo em 1º de janeiro 2024	61.740
Apropriação de juros	4.801
Apropriação de custo de transação	105
Captação	2.000
Custo de transação	(13)
Pagamento de juros	(4.293)
Pagamento principal	(3.218)
Saldo em 31 de dezembro 2024	61.122
Apropriação de juros	4.548
Pagamento de juros	(3.105)
Pagamento principal	(4.415)
Apropriação de custo de transação	265
Saldo em 31 de dezembro 2025	58.416

12.3. Vencimentos

O saldo a pagar no circulante e não circulante tem os seguintes vencimentos:

	Controladora e Consolidado
	2025
2026	4.587
2027	4.455
2028 em diante	49.374
	58.416

Obrigações Especiais relacionadas com a fianças bancária

Além da exigência de cumprimento, até a liquidação da dívida decorrente, das disposições aplicáveis aos contratos do BNDES, disponíveis na página oficial na Internet (www.bndes.gov.br), destacamos as seguintes obrigações especiais cabíveis a Companhia:

- Sem prévia autorização do BNDES, não realizar cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária, que implique alteração do controle, direto ou indireto.
- Somente reduzir o capital social de qualquer das SPEs mediante o depósito da integralidade dos recursos oriundos da redução de capital social na “Conta Centralizadora da Holding”, movimentável somente pelo Banco Administrador definido no contrato de cessão.
- Sem a prévia e expressa anuência do BNDES, não promover a criação de subsidiárias ou deter participação no capital social de outras sociedades que não as SPEs.
- Apurar, a partir do exercício fiscal de 2024, durante toda a vigência do Contrato, ICSD Consolidado, por meio de demonstrativos financeiros consolidados e auditados, por auditores independentes cadastrados na Comissão de Valores Mobiliários, os quais deverão incluir opinião conclusiva atestando o cálculo do ICSD Consolidado, observada a metodologia de cálculo definida no Contrato.

- No exercício fiscal de 2025, o ICSD Consolidado apurado, foi de 1,04 o que impede a liberação da fiança bancária, redução de capital pela Emissora e distribuição de dividendos acima de 25% do lucro líquido pela Emissora e não acarreta nenhum evento de vencimento antecipado.
- Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, acima de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício anterior, salvo se (a) prévia e expressamente autorizado pelo BNDES ou (b) cumpridos cumulativamente os seguintes requisitos:
 - (i) Declaração da conclusão do projeto pelo BNDES, nos termos do Contrato vigente.
 - (ii) Atingimento do ICSD Consolidado, no exercício anterior, igual ou superior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), apurado nos termos previstos.
 - (iii) Manutenção da relação de Patrimônio Líquido sobre Ativo Total mínima de 20% (vinte por cento), após a distribuição.
 - (iv) Preenchimento integral da “Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES” com o saldo mínimo, nos termos do contrato de cessão.
 - (v) Comprovação de geração mínima do projeto de 55,1 GWh (referida no centro de gravidade), no período de 12 (doze) meses consecutivos anteriores ao mês de distribuição, observado que tal número será ajustado para baixo em cada ano após o início da operação comercial do PROJETO em virtude da degradação dos módulos fotovoltaicos, fixada em 0,41% (quarenta e um centésimos por cento) por ano.
 - (vi) Inexistência de qualquer inadimplemento da Companhia e das intervenientes perante o Sistema BNDES.

Vencimento antecipado

O BNDES poderá declarar vencido antecipadamente este Contrato, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, caso descumpra as cláusulas de vencimento antecipado determinadas em contrato. As principais se encontram listadas abaixo:

- Houver sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Companhia e/ou pelas SPEs, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- Falsificação de declarações apresentadas;
- Ante pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, bem como a decretação de falência ou liquidação da Companhia e/ou das intervenientes SPEs;
- Descumprimento das obrigações relativas às garantias, assumidas;
- Diante da prática pela Companhia e/ou pelas SPEs de:
 - (i) Das condutas de oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, relacionada de qualquer forma com a finalidade deste Contrato.
 - (ii) De atos lesivos, infrações ou crimes contra as ordens econômica ou tributária, o sistema financeiro, o mercado de capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, terrorismo ou financiamento ao terrorismo, previstos na legislação nacional e/ou estrangeira aplicável.

- Inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Companhia e/ou das SPEs, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- Mediante a não renovação, ao cancelamento, a revogação, a intervenção, a extinção ou a suspensão por mais de 30 (trinta) dias das autorizações e das licenças, inclusive as ambientais e as exigidas para construir, operar e manter o projeto;
- Houver alteração da finalidade e do escopo do projeto, sem a prévia e expressa anuência do BNDES;
- Exista ato definitivo de autoridade administrativa ou decisão judicial ou arbitral que impeça a conclusão ou a continuidade da operação do projeto;
- Ante ao descumprimento de obrigações do contrato de cessão; ou
- Diante da não substituição da(s) Carta(s) de Fiança bancária no prazo estabelecido.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras estão classificados na categoria de custo amortizado, a seguir:

	Controladora		Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	
- Ativo					
Caixa e Equivalente de caixa	2.115	3.589	4.637	4.757	(A)
Clientes	-	-	1.526	2.086	(A)
Partes Relacionadas - saldo ativo	3.431	7	41	67	(A)
	<u>5.546</u>	<u>3.596</u>	<u>6.204</u>	<u>6.910</u>	
- Passivo					
Fornecedores	65	34	3.753	3.958	(A)
Financiamentos	58.416	61.122	58.416	61.122	(A)
Partes Relacionadas - saldo passivo	24.637	13.901	9.753	8.153	(A)
	<u>83.118</u>	<u>75.057</u>	<u>71.922</u>	<u>73.233</u>	

(A) Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Em relação a rubrica de caixa, são efetuadas aplicações automáticas com liquidez diária atreladas ao CDB e presume-se que seu valor justo esteja próximo ao saldo contábil.

O valor justo de outros instrumentos financeiros, incluindo financiamento e partes relacionadas, descritos na tabela anterior se aproxima do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes.

13.1. Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e depósitos em bancos e aplicações financeiras.

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente.

Contas a receber

Representado pela possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento em valores faturados a seus clientes. O risco de crédito do cliente é administrado por cliente, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a este risco. Como característica dos serviços prestados pela Companhia, o risco de crédito é reduzido pelo fato de seus clientes serem qualificados.

A Companhia possui uma concentração relevante de receitas (50%) em um cliente específico, o que pode representar um risco para a diversificação da receita. No entanto, esse risco é continuamente monitorado por meio de gestão ativa da relação comercial e da busca por oportunidades de expansão da base de clientes, de modo a mitigar possíveis impactos financeiros.

A administração monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante o registro de provisão para perdas de crédito esperada.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e aplicações financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma.

A Companhia tem como política a aplicação de recursos em bancos considerados de primeira linha, compreendendo os 10 maiores bancos por ativos do país, e em aplicações com baixo nível de exposição a riscos e alto nível de liquidez.

A Companhia não faz aplicações em fundos de investimentos onde há risco de ativos desconhecidos.

13.2. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. A responsabilidade final pela gestão do risco de liquidez é da Administração, que estabeleceu uma estrutura de gestão de riscos de liquidez adequada para a gestão das exigências de financiamento e liquidez de curto, médio e longo prazos da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais incorridos até o fim do exercício e excluem o impacto dos acordos de compensação:

<u>Controladora</u>	<u>Até 6 meses</u>	<u>De 6 a 12 meses</u>	<u>De 1 ano a 2 anos</u>	<u>De 2 anos em diante</u>	<u>Total</u>
<u>Saldo em 31 de dezembro de 2025</u>					
Fornecedores	65	-	-	-	65
Parte relacionadas	-	-	24.637	-	24.637
Financiamentos	3.697	3.747	7.421	76.618	91.483
<u>Consolidado</u>	<u>Até 6 meses</u>	<u>De 6 a 12 meses</u>	<u>De 1 ano a 2 anos</u>	<u>De 2 anos em diante</u>	<u>Total</u>
<u>Saldo em 31 de dezembro de 2025</u>					
Fornecedores	3.753	-	-	-	3.753
Parte relacionadas	-	-	9.753	-	9.753
Financiamentos	3.697	3.747	7.421	76.618	91.483

13.3. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco.

Em decorrência do histórico de volatilidade das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade sobre seus instrumentos financeiros expostos, demonstrando os eventuais impactos, com base em premissas disponíveis no mercado.

Foram considerados quatro cenários de risco.

Controladora 2025

Instrumentos	Risco	em 31/12/2025	%	Cenário Provável valor	%	Aumento 25% valor	%	Aumento 50% valor	%	Redução 50% valor
Aplicação financeira 31/12/2025	Variação CDI	92% do CDI	13,17%	260	16,47%	325	19,76%	390	6,59%	130
Financiamento em 31/12/2025		(14,32%)								
Subcrédito "A"	Variação IPCA	100% IPCA +5,23% a.a + 2% DE "Spread BNDES")	9,69%	(3.051)	12,11%	(3.814)	14,54%	(4.577)	4,85%	(1.526)
Subcrédito "B"	Alíquota %	3,02% a.a	3,02%	(813)	3,78%	(1.017)	4,53%	(1.220)	1,51%	(407)

Consolidado 2025

Instrumentos	Risco	em 31/12/2025	%	Cenário Provável valor	%	Aumento 25% valor	%	Aumento 50% valor	%	Redução 50% valor
Aplicação financeira 31/12/2025	Variação CDI	92% do CDI	13,17%	489	16,47%	612	19,76%	734	6,59%	245
Financiamento em 31/12/2025		(14,32%)								
Subcrédito "A"	Variação IPCA	100% IPCA +5,23% a.a + 2% DE "Spread BNDES")	9,69%	(3.051)	12,11%	(3.814)	14,54%	(4.577)	4,85%	(1.526)
Subcrédito "B"	Alíquota %	3,02% a.a	3,02%	(813)	3,78%	(1.017)	4,53%	(1.220)	1,51%	(407)

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Em relação a rubrica de caixa, são efetuadas aplicações automáticas com liquidez diária atreladas ao CDB e presume-se que seu valor justo esteja próximo ao saldo contábil.

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na tabela anterior se aproxima do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes.

13.4. Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro presumido, tanto para a Companhia quanto para suas controladas. Neste regime, o cálculo do imposto de renda da Pessoa jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é baseado em uma presunção de lucro, simplificando a apuração dos tributos em relação ao Lucro Real. A opção do Lucro Presumido é permitida para empresas que se enquadram nos limites de faturamento anual pela legislação vigente.

Uma provisão é reconhecida para questões as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

Impostos diferidos

O imposto diferido é o devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis.

- O valor do contrato de aluguel varia conforme a quantidade de energia creditada ao cliente. A energia que é injetada na rede pela usina é medida pela concessionária resultando em créditos ao cliente. Devido a discrepâncias temporais na aquisição dos créditos de energia, é realizada uma provisão de receita, consequentemente, um cálculo de imposto diferido. Quando a concessionária disponibiliza os créditos ao cliente e a Companhia tem acesso aos números, é elaborado o boletim de medição que dá base para emissão do documento de cobrança de locação. Nesse momento, ocorre a reversão da provisão anteriormente registrada e o registro definitivo da receita.

14.1. Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Receitas</u>				
Receita Operacional	-	-	19.817	15.977
Receitas Financeiras	30	191	189	210
Receitas Totais	<u>30</u>	<u>191</u>	<u>20.006</u>	<u>16.187</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Base para cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social (Presunção de 32% da receita operacional mais receita financeira)	30	191	6.530	5.323
Imposto de Renda Pessoa Jurídica 15%	(5)	(29)	(979)	(798)
Adicional Imposto de Renda Pessoa Jurídica 10%	-	-	(420)	(508)
Despesa com Imposto de Renda	(5)	(29)	(1.399)	(1.306)
Contribuição Social 9%	(3)	(17)	(588)	(479)
Despesa com Contribuição Social	(3)	(17)	(588)	(479)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(8)	(46)	(1.988)	(1.785)
Alíquota efetiva	27%	24%	30%	34%

15. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - Consolidado

Os contratos de arrendamento mercantil totalizaram R\$12.596 em 31 de dezembro de 2025 (R\$11.644 em 31 de dezembro de 2024), de acordo com o quadro a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Arrendamento (aluguel) de terrenos	34.570	32.882
(-) Juros a apropriar	(21.974)	(21.238)
	<u>12.596</u>	<u>11.644</u>
Circulante	118	98
Não circulante	12.478	11.546
	<u>12.596</u>	<u>11.644</u>

A taxa de juros incremental da Companhia e suas subsidiárias foi 12,17% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

15.1. Movimentação das obrigações de arrendamento mercantil

	Passivo de arrendamento
Em 31 de dezembro de 2023	11.914
Remensuração	(181)
Pagamento de juros	(1.157)
Apropriação de juros	1.157
Pagamento de principal	(89)
Em 31 de dezembro de 2024	<u>11.644</u>
Remensuração	852
Apropriação de juros	1.215
Pagamento de juros	(1.010)
Pagamento de principal	(105)
Em 31 de dezembro de 2025	<u>12.596</u>

31/12/2025			
	Valor nominal Passivo de arrendamento	(-) AVP de Passivos de arrendamento	Total
Até 1 ano	1.376	(1.258)	118
Entre 1 e 2 anos	1.376	(1.248)	128
Entre 2 e 3 anos	1.376	(1.240)	136
Mais de 3 anos	30.442	(18.228)	12.214
	<u>34.570</u>	<u>(21.974)</u>	<u>12.596</u>

31/12/2024			
	Valor nominal Passivo de arrendamento	(-) Juros a apropriar	Total
Até 1 ano	1.262	(1.164)	98
Entre 1 e 2 anos	1.262	(1.153)	109
Entre 2 e 3 anos	1.262	(1.142)	120
Mais de 3 anos	29.096	(17.779)	11.317
	<u>32.882</u>	<u>(21.238)</u>	<u>11.644</u>

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025, é representado por R\$132.673 (R\$132.673 em 2024).

A Companhia possui saldo de capital a integralizar no montante de R\$15.718 em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

Cotista	Ano	Cotas detidas	Valor das cotas (R\$mil)	%
GreenYellow do Brasil Energia e Serviços Ltda.	2024	132.673	132.673	100%
	2025	132.673	132.673	100%

17. RECEITA DE SERVIÇOS - CONSOLIDADO

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

O pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

As receitas de O&M, locação de terra e de locação de equipamentos são recebidas mensalmente e estão sendo apresentadas brutas, ou seja, incluem os impostos e os descontos incidentes sobre estas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. As receitas de serviços prestados, são reconhecidas quando os serviços são efetuados e é possível que os benefícios econômicos associados sejam recebidos pela Companhia. O reconhecimento é baseado no estágio de conclusão dos serviços e nos termos contratuais acordados com os clientes. A receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

Companhia e suas subsidiárias como arrendadoras

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos.

	Consolidado	
	2025	2024
Receita bruta de Serviços O&M	3.286	2.175
Receita de locação de Terra	1.520	1.218
Receita de locação de Equipamento	14.379	12.584
Provisão de Regularização	37	299
Total	19.222	16.276
Impostos sobre as vendas e serviços	(914)	(693)
Receita operacional líquida	18.308	15.583

18. CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA

Custos

Os custos correspondem as manutenções das usinas fotovoltaicas para garantir o desempenho de nossos sistemas, investimos em manutenção regular, limpeza, reparos e substituição de componentes desgastados ao longo do tempo.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Depreciações e amortizações	-	-	(6.273)	(5.912)
Eficiência energética e fotovoltaico	-	-	(3.265)	(2.864)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	(878)	(1.077)
Serviços Manutenção	-	-	(12)	(11)
Serviços de terceiros	(67)	(193)	(436)	(432)
Segurança patrimonial	-	-	(619)	(543)
Seguros	(298)	(497)	(337)	(498)
Multas	-	-	(5)	(24)
Provisão de regularização	-	-	681	(769)
Outros	(2)	(1)	(599)	(506)
Total	(367)	(691)	(11.743)	(12.636)
Custos dos serviços prestados	-	-	(10.397)	(8.776)
Despesas gerais e administrativas	(367)	(691)	(1.346)	(3.860)
Total	(367)	(691)	(11.743)	(12.636)

19. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa.

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, as perdas com alienações de ativos financeiros, e impostos e despesas de juros sobre arrendamento, bem como ajustes referentes a descontos.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicação	30	191	157	210
Outras receitas financeiras	-	-	32	-
	<u>30</u>	<u>191</u>	<u>189</u>	<u>210</u>
Despesas financeiras:				
Comissionamento	-	(105)	-	(105)
IOF/IOC	(21)	(19)	-	(19)
Tarifas bancárias	(961)	(1.814)	(1.186)	(2.067)
Juros passivos	(4.548)	(4.801)	(4.548)	(4.803)
Juros sobre arrendamentos e aluguéis		-	(1.215)	(1.157)
Outras despesas financeiras	(266)	(89)	(335)	(90)
	<u>(5.796)</u>	<u>(6.828)</u>	<u>(7.284)</u>	<u>(8.241)</u>

20. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros no montante adequado aos possíveis riscos da atividade profissional bem como de seus ativos, com base na avaliação dos seus consultores de seguros.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não incluiu a emissão de opinião sobre a suficiência de cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

	Limite máximo de cobertura	Prêmio líquido	Vigência
Responsabilidade Civil Geral	50.000	63	1/10/2025 a 1/10/2026
Responsabilidade Civil (Conselheiros, Diretores e/ou Administradores)	47.361	118	1/1/2025 a 1/1/2026

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

No período subsequente a 31 de dezembro de 2025 até o momento da emissão desse relatório não ocorreram eventos significativos.